

Por que não antecipar a posse do Congresso?

Os deputados e senadores que zelam tão carinhosamente por suas perdas salariais antes de protegerem as perdas salariais dos trabalhadores são os mesmos que também não estão interessados em fazer as reformas estruturais do país. A revisão constitucional está indo para o brejo.

Assiste-se assim ao penúltimo gesto de uma representação parlamentar que já pode ser considerada caso perdido. Depois de ter gasto as gotas finais de credibilidade conquistadas no glorioso processo de *impeachment* do presidente Collor, sequer se tem confiança mais de que ela cassará os 17 parlamentares apontados como larápios da Comissão de Orçamento por uma investigação que assombrou a sociedade pela ousadia, pelo cinismo e pelo tamanho do roubo.

O último gesto a purgá-la seria a sua autodissolução para a antecipação de eleições. Mas até dessa atitude de dignidade os deputados e senadores estão privados porque faltam apenas seis meses e meio para os eleitores irem às urnas. Não se ganharia muito tempo puxando a eleição para daqui a três meses, por exemplo, pois se correriam os riscos de uma preparação precipitada. Além disso, a eleição não será apenas para o Congresso,

mas também para presidente da República, governador e deputado estadual.

Nada impede, porém, que esta representação parlamentar, com todas as ressalvas merecidas por uma minoria de deputados e senadores verdadeiramente dignos, honrados e dedicados à causa pública, se envergonhe do papelão que está exercendo e assuma desde já o compromisso de renunciar ao restante do mandato se os eleitores não o renovarem.

Assim, já que não convém antecipar em três meses a eleição, ao menos se anteciparia em quatro meses a posse de um Congresso renovado pelo julgamento popular. Não se poderia, então, acusar o Congresso de não ter feito uma reforma verdadeiramente estrutural.

Esta poderia ser, para felicidade geral da nação, a derradeira emenda de uma chance histórica que está sendo jogada no lixo, que é a revisão constitucional. Com algum sofrido esforço de presença no plenário, é possível que nos 15 dias úteis que restam da revisão haja tempo para apreciar ao menos uma emenda como esta, de preferência em votação aberta, pois no voto secreto o plenário do Congresso esconde as suas mais tenebrosas tentações.

“Estou desesperado”

A conta de que faltam apenas 15 dias úteis para o fim da revisão, embora ela oficialmente deva acabar em 30 de maio, é do presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira. Em jantar anteontem na casa do deputado Israel Pinheiro Filho, no Lago Sul, em Brasília — destinado a exibir o governador Hélio Garcia como aniversariante e candidato a qualquer coisa que ele não diz a ninguém nem por mímica —, Inocêncio repetia a conta e se esforçava muito, num canto da pérgula da piscina, para não soltar da ponta da língua uma expressão que resume o seu estado de espírito diante da revisão, e que pode servir de refrão a muitos parlamentares na

campanha eleitoral: “Estou desesperado.”

Entre os defeitos de Inocêncio não está o de ter boicotado a revisão. Queria presidil-la, a vaidade do senador Humberto Lucena foi maior do que a sua. Além disso, Inocêncio deu várias provas de seu interesse em tocá-la com mais rapidez. Agora, ele faz as contas e decreta, informalmente, uma sentença de morte que ninguém tem coragem de anunciar oficialmente: “Faltam apenas 32 dias úteis até o fim da revisão. Gasto pelo menos 17 dias com as cassações da Comissão de Orçamento. O que dá para fazer com os dias que sobram?” Quinze dias dão para fazer muita coisa quando se quer trabalhar.

O tripé soterrado

A questão é que, no Congresso, o problema não é o tempo, ou a vontade de tomar decisões, mas a completa desorganização e desorientação política. A espinha dorsal da revisão foi montada em cima do tripé Ibsen Pinheiro-Genebaldo Correia-Nelson Jobim. O primeiro seria o presidente, o segundo, líder do PMDB, e o terceiro, relator geral.

Ibsen e Genebaldo foram soterrados pelos escombros da Comissão de Orçamento e estão entre os 17 que demoram a ser cassados. A presidência da revisão ficou nas mãos do senador Humberto Lucena, que encarna hoje o que há de mais atrasado e carcomido da política brasileira — o fisiologismo, o clientelismo, a defesa do interesse privado acima do interesse público.

Lucena não dá um telefonema para um ministro que seja para tratar de questões de Estado. Trata apenas da nomeação de afilhados políticos. Tanto que se tornou

comum ouvir no Congresso que o problema de Lucena não é desonestidade, é só fisiologismo — como se a honestidade não fosse obrigação, e comandar um balcão de empregos fosse uma virtude de estadista.

O resultado foi que Jobim acabou ficando sozinho na condução da revisão. Apanhou de todos os lados. Ao menos se viu forçado a algo em que, como emérito elaborador de pareceres jurídicos, não tem a menor prática: fazer política. Negociou nos bastidores, enfrentou com coragem plateias corporativistas enfurecidas, ouviu calado ataques no plenário — tudo isso para nada, até agora.

Foi abandonado até por quem, em tese, mais tinha obrigação de estar ao seu lado: a bancada do PSDB, que deveria ser a primeira a estar interessada nas reformas estruturais indispensáveis ao plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso.